

POLÉMICA

NATAL CANCELADO EM ESCOLAS PARA NÃO OFENDER ISLÂMICOS

ESCOLA ELIMINA TODOS OS SÍMBOLOS DA ÉPOCA
DAS FOTOGRAFIAS ESCOLARES EM NOME DA
INCLUSÃO. DECISÃO FOI CONTESTADA PELOS PAIS.

ATUALIDADE PAG.02

GRANDE PLANO PAG.03

NUM SÓ ANO HÁ MAIS DE 30 MIL ALUNOS ESTRANGEIROS

REPORTAGEM PAG.04

DIRETOR DA 'BLACK EUROPEANS' INSULTA DEPUTADOS DO CHEGA





© FOLHA NACIONAL

NATAL CANCELADO EM ESCOLAS PARA NÃO OFENDER ISLÂMICOS

Um globo, lápis, uma ardósia e nada mais. Foi este o 'cenário natalício' apresentado por uma escola de Pinhal Novo, após decidir eliminar todos os símbolos da época das fotografias escolares. A decisão caiu mal entre os pais, que acusam o agrupamento de impor uma medida que "ninguém pediu nem compreende".

FONTE FOLHA NACIONAL

O Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, decidiu eliminar por completo todos os elementos natalícios das fotografias escolares. A medida, apresentada como um gesto de "igualdade" entre alunos que celebram e que não celebram o Natal, caiu como uma bomba entre pais que se sentiram surpreendidos, desrespeitados e, sobretudo, culturalmente apagados. "Isto é o apagamento cultural em versão escolar", começa por salientar André Ventura, presidente do CHEGA. Para o líder da oposição, este acontecimento é o princípio da extinção da "própria identidade portuguesa." "A escola pública não pode ser laboratório de experiências ideológicas. O que aconteceu em Pinhal Novo é apenas o sintoma de uma agenda que tenta, subtilmente, reescrever quem somos", reforça.

A direção assegura que a decisão pretendeu "não discriminar" ninguém, mas para muitos encarregados de educação o efeito foi precisamente o contrário: ao tentar incluir todos, a escola acabou por excluir a tradição da maioria. Uma mãe

descreve com desilusão o momento em que recebeu a fotografia: "No ano em que mais esperávamos aquele registo especial de Natal, recebemos uma foto neutra, completamente descaracterizada." Fala num "excesso de zelo" que, longe de promover inclusão, "destrói aquilo que faz parte da nossa identidade coletiva". O cenário escolhido — um globo, lápis, uma ardósia e nada mais — foi encarado como um pano de fundo desprovido de magia, de contexto e de cultura. Muitos pais não pouparam críticas, classificando-o como "pobre", "descontextualizado" e "apático", sentindo que o registo anual da infância perdeu o seu encanto habitual. A indignação cresceu quando perceberam que não houve qualquer consulta prévia; a decisão foi simplesmente imposta. "Foi imposto, ponto final", acusa um pai, descrevendo a medida como uma "unilatera-

lidade autoritária" que em nada reflete a vontade da comunidade escolar.

"O CHEGA não aceita esta tendência para transformar as nossas tradições em algo ofensivo. O Natal não fere ninguém. Cancelar o Natal é que fere a cultura do nosso país", enaltece o presidente do se-

gundo maior partido.

"Isto não é inclusão; isto é rendição cultural", arremata. Apesar de a direção ter disponibilizado a devolução das fotografias e o reembolso aos pais insatisfeitos, o gesto foi considerado insuficiente. "Não é uma questão de dinheiro. É o registo da infância que ficou comprometido", lamenta outro encarregado

de educação. O CHEGA tem denunciado o que considera ser uma "guerra ideológica" contra tradições culturais portuguesas e classificou o episódio como "mais um ataque à nossa cultura e à nossa identidade", alertando que "primeiro reti-

ram símbolos religiosos, depois retiram o Natal." Para o partido liderado por André Ventura, trata-se de um "apagão cultural" promovido por direções escolares que "confundem inclusão com destruição de tradições", e lembra que este caso não é isolado: há escolas que proibiram canções de Natal para "não ferir sensibilidades religiosas"; jardins de infância que removeram presépios e os substituíram por figuras neutras; autarquias que eliminaram símbolos natalícios de atividades escolares; e polémicas em Lisboa e no Porto sobre a retirada de cruzes e referências cristãs de cartazes festivos. Ventura sublinha ainda que "o Natal não é apenas religião, é cultura, história, memória, e essa não pode ser apagada em nome de uma neutralidade inventada que não serve ninguém".

Cada vez mais pais exigem que decisões que afetam tradições escolares sejam discutidas e comunicadas com transparência, defendendo que a preservação cultural da comunidade não pode ser sacrificada por um conceito de "neutralidade" que, afirmam, não representa a realidade da maioria. A expectativa é clara: no próximo ano, querem ver recuperado

o espírito natalício que sempre marcou as fotografias escolares, e que, para muitos, nunca deveria ter sido apagado.

"Única diversidade que a Esquerda não tolera é a portuguesa" Para o líder do CHEGA, estes episódios não são meras coincidências nem excessos isolados de direções escolares demasiado zelosas, mas representam o sinal claro de um padrão cada vez mais visível: "Quando ouvimos relatos de presépios retirados, músicas de Natal proibidas e símbolos cristãos apagados, percebemos que já não se trata de casos pontuais. É uma estratégia de uniformização cultural alimentada por setores radicais da educação." Ao Folha Nacional, Ventura declarou que o partido tem sido inundado de queixas, vindas de norte a sul do país, nos últimos dias: "A verdade é que há escolas onde tudo é permitido, exceto Portugal", afirma o presidente do CHEGA, sublinhando a incoerência da esquerda e da extrema-esquerda que "fala muito de diversidade, mas a única diversidade que não tolera é a portuguesa." O presidente do CHEGA acusa ainda que as direções escolares de avançarem para medidas que, segundo o líder da oposição, representam "um risco sério para a preservação da identidade nacional". O CHEGA anunciou que irá chamar o ministro da Educação ao Parlamento para explicar cancelamento do Natal nas escolas.

NÓS E OS OUTROS



NUNO VALENTE
DIRETOR DO FN

Esta semana, os EUA divulgaram a sua nova estratégia de segurança e política externa, algo que chocou as “princesas” do politicamente correto na Europa. O diagnóstico é claro: a Europa está a envelhecer, padece do mal de uma invasão de imigrantes, sobretudo muçulmanos, e tem uma guerra às suas portas que não consegue influenciar, nem controlar, nem acabar. O grande pai americano, que nos últimos 80 anos protegeu a Europa, deixou de olhar para o velho continente como estratégico e, por conseguinte, não nos vai deixar entregues a nós próprios, mas vai desinvestir na Europa para se dedicar mais ao sudeste asiático. Muitas vezes, “os santos da casa não fazem milagres” e a política europeia inclusiva, do “todos, todos, todos”, da falta de incentivos à natalidade, do quase abandono da indústria de defesa, da falta de investimento em inovação (somos dos mais atrasados em IA), assim como em áreas estratégicas como a indústria automóvel — onde já fomos imbatíveis —, fez-nos ficar para trás e perder a relevância de outrora na cena mundial. Para ajudar ainda mais, o mesmo relatório de segurança dos EUA aponta como um dos grandes problemas da Europa a falta de natalidade versus a imigração descontrolada, que já está a mudar o cenário populacional europeu. A grande invasão fantasiosa de Camus, afinal, é bem real e os europeus podem deixar de ser o povo predominante em 2100. Todas estas políticas erradas que temos perpetrado desde o fim da Segunda Guerra Mundial têm levado ao florescimento de movimentos como o CHEGA por toda a Europa. Estes movimentos são o acordar da velha Europa, outrora grande, que ligou o mundo ao mundo e durante séculos foi um farol de progresso social e desenvolvimento. A teoria da grande substituição, que o relatório dos EUA coloca como um dos grandes riscos para a Europa, não é um problema novo; alguns destes movimentos, como o Rassemblement National (enquanto Frente Nacional), já se batem por ele há décadas. O que se passa hoje no Reino Unido, em França, na Bélgica, na Alemanha ou mesmo nos países nórdicos já não são percepções. A Europa e os europeus têm mesmo de acordar — caso contrário, os novos europeus rezarão a Alá e as mulheres usarão burca.



© DR

DESVENDADO O MISTÉRIO DO NATAL “ROUBADO”...

NUM SÓ ANO HÁ MAIS DE 30 MIL ALUNOS ESTRANGEIROS

Num só ano letivo, entraram mais de 31 mil alunos estrangeiros, um aumento explosivo de 22% que já está a alterar a composição das salas de aula e a desafiar a capacidade de resposta do sistema educativo.

FONTE: FOLHA NACIONAL

Portugal está a transformar-se logo à entrada das salas de aula. O mais recente relatório ‘Estado da Educação 2024’ confirma uma viragem demográfica sem precedentes: nunca houve tantos alunos e nunca foram tão diversos. Só no último ano letivo, as escolas receberam mais 31 mil estudantes estrangeiros, um salto de 22% que está a reconfigurar profundamente o panorama educativo nacional. Segundo dados da agência Lusa, o Conselho Nacional de Educação (CNE) contabiliza 174.126 crianças e jovens estrangeiros a frequentar o ensino obrigatório em 2023/2024, representando 13,6% do total de alunos da educação básica e secundária. Na educação pré-escolar, a tendência repete-se: quase 10% das crianças têm nacionalidade estrangeira. Para o CHEGA, o relatório confirma aquilo que o partido tem denunciado repetidamente: a imigração massiva está a transformar a paisagem social mais depressa do que o próprio Estado consegue acompanhar. “O que está a acontecer nas escolas portuguesas não é uma mudança natu-

ral, é o resultado de uma política migratória descontrolada e sem planeamento. Transformaram as salas de aula no primeiro campo de experiência do multiculturalismo imposto”, diz André Ventura, o presidente do partido. O relatório destaca uma “alteração profunda do tecido social do país”, com escolas onde se cruzam diariamente dezenas de nacionalidades, línguas e contextos culturais distintos. O próprio Ministério da Educação admite que o sistema enfrenta um novo paradigma: mais alunos, maior diversidade e realidades profundamente distintas a conviver nas mesmas salas. O líder do segundo maior partido acrescenta que a pressão sobre o sistema educativo já ultrapassou o limite do aceitável: “Quando mais de 170 mil alunos chegam sem domínio da língua e sem qualquer estrutura de apoio eficaz, não estamos a falar de inclusão, estamos a

falar de sobrecarga. E quem paga são os professores, as famílias e as próprias crianças portuguesas.” A verdade é que a disciplina de Português Língua Não Materna continua incapaz de responder ao número crescente de estudantes que chegam ao sistema sem domínio básico da língua por-

tuguesa, dificultando a integração académica e social.

O partido liderado por André Ventura defende que a prioridade deve ser “recuperar níveis de exigência e garantir que a escola portuguesa continua a ser espaço de identidade e coesão”, alertando para “o risco de criar salas de aula segregadas, onde portugueses e es-

trangeiros vivem realidades paralelas”. “A diversidade pode ser enriquecedora, sim, mas não pode ser usada como desculpa para maquiar o falhanço total do Estado em planear, integrar e proteger a qualidade do ensino”, finaliza Ventura.

O que está a acontecer nas escolas portuguesas não é uma mudança natural, é o resultado de uma política migratória descontrolada e sem planeamento. Transformaram as salas de aula no primeiro campo de experiência do multiculturalismo imposto”

VOO PARA BRUXELAS TORNA-SE NUMA ARENA

DIRETOR DA 'BLACK EUROPEANS' INSULTA DEPUTADOS DO CHEGA



Miguel Cardoso
Diretor da 'Black Europeans'

© FOLHA NACIONAL

Ataques e insultos dirigidos a líder parlamentar e deputados do CHEGA levaram comandante a intervir e a chamar a polícia: “Já não há limites para este tipo de intimidação”, diz Pedro Pinto.

O que deveria ter sido uma aterragem tranquila em Bruxelas transformou-se num episódio de tensão a bordo. Minutos depois de o avião tocar na pista, o diretor da organização 'Black Europeans', Miguel Cardoso, protagonizou uma série de insultos e acusações contra o líder parlamentar do CHEGA, Pedro Pinto, e os deputados Lina Pinheiro e João Ribeiro, que viajavam no mesmo voo. O incidente obrigou o comandante a intervir e a contactar de imediato as autoridades aeroportuárias. Segundo testemunhos recolhidos no local, o homem dirigiu-se aos deputados com um discurso agressivo e repetido, acusando-os de racismo e ameaçando que nada o faria recuar. “A democracia

que vocês gostam é diferente da minha”, atirou logo no início, elevando o tom perante passageiros visivelmente desconfortáveis. “Vocês não respeitam nada. Uma cambada de racistas, um gangue de racistas.” O ataque verbal prosseguiu sem qualquer contenção: “Podes filmar quantas vezes quiseres. Podes mandar para o teu exército de racistas, que eu não tenho medo. A mim vocês não me ameaçam!” O ambiente dentro da cabine tornou-se tenso, com vários passageiros a afastarem-se da zona traseira do avião. O comandante, apercebendo-se da gravidade da situação, decidiu falar pelo sistema de som interno: “Fala o seu comandante. Estão passageiros em conflito na traseira do avião.

Agradeço que permaneçam calmos. Já vamos chamar a polícia.” Perante a escalada, a tripulação solicitou a intervenção das autoridades belgas, que aguardavam junto à porta do avião após a abertura do desembarque.

“Isto é o resultado da demonização política diária”
De acordo com o líder parlamentar do CHEGA, Pedro Pinto, o incidente ocorreu quando um responsável de uma organização pública, que viajava no mesmo avião, dirigiu “ameaças e insultos explícitos” aos deputados do partido. O dirigente classifica o comportamento como “absolutamente inaceitável numa democracia europeia”, sublinhando que o ataque não foi provocado: “Não

houve qualquer palavra da nossa parte. Fomos simplesmente alvo de agressões verbais gratuitas.”

Sentiram-se intimidados pelas ameaças?
Quando um representante de uma instituição pública se sente confortável para ameaçar deputados eleitos, dentro de um avião, percebemos até onde chegou a cultura de impunidade criada por anos de radicalização ideológica. Este tipo de comportamentos não é isolado, faz parte de um ambiente de ódio institucionalizado.

O CHEGA fala em radicalização ideológica. Este caso encaixa-se numa tendência?
Sim. Este episódio soma-se a outros incidentes registados nos últimos anos, incluindo: agressores a tentar impedir iniciativas públicas do CHEGA, como ocorreu em Coimbra e Lisboa, com manifestações hostis que obrigaram à intervenção policial; insultos e perseguições a André Ventura em universidades e espaços públicos; tentativas de boicote a comícios e sessões políticas, com militantes e dirigentes a serem rodeados por grupos organizados de contestação; ameaças em redes sociais dirigidas a deputados e autarcas do partido, algumas já comunicadas às autoridades. Este casos demonstram que o discurso de demonização promovido por setores partidários e mediáticos está a legitimar comportamentos agressivos na sociedade.

Houve troca de palavras com o agressor ou tentativa de diálogo?
Não houve qualquer provocação da nossa parte. Fomos alvo de insultos gratuitos, de ódio puro e de uma tentativa de intimidação que não aceitamos. Vários passageiros testemunharam a situação.

Este caso tem implicações políticas?
A democracia não pode tolerar ameaças a representantes eleitos, nem no espaço público, nem dentro de um avião. Este é mais um sintoma de um país onde certos indivíduos acham que podem agir acima da lei porque acreditam que a ideologia lhes dá salvo-conduto.

Qual foi a reação dos restantes membros do CHEGA presentes?
A deputada Lina Pinheiro reforça que foi um momento agressivo, descontrolado e potencialmente perigoso. O discurso de ódio contra o CHEGA está a ultrapassar todos os limites. Por sua vez, o deputado João Ribeiro lembra que, ao contrário de outros partidos, o CHEGA é frequentemente alvo de hostilidade pública organizada, que vai muito além da contestação democrática normal.

OPINIÃO “

O RISCO DE UM
“SCHENGEN MILITAR”

**TIAGO
MOREIRA DE SÁ**
EURODEPUTADO

O chamado “Schengen militar”, avançado pelo comissário Andrius Kubilius e apresentado como mero avanço técnico, encerra um salto político profundo e, a meu ver, problemático, o que me levou a submeter esta semana uma pergunta à Comissão Europeia.

A proposta abre fissuras perigosas em dimensões sensíveis da soberania dos Estados-membros e encaminha a União para uma federalização de contornos militares, sem o escrutínio – nem, sobretudo, o respaldo – público que tamanha transformação exige. Não se trata de recusar a necessidade de reforçar a Defesa europeia, sobretudo no momento histórico que atravessamos, mas de recordar que a segurança comum só é legítima quando brota da cooperação entre Estados livres, iguais e plenamente soberanos, e não da discreta concentração de poderes num centro longínquo, alheio ao escrutínio democrático.

Uma Europa forte constrói-se com alianças transparentes, não com atalhos institucionais. E nenhum projecto deve avançar quando o preço é a erosão do princípio democrático que sustenta o próprio projecto da União: o direito dos povos europeus a serem consultados antes de verem o seu destino colectivo redefinido.

DEFESAS VULNERÁVEIS PORTUGAL PRECISA DE MAIS DE OITO MIL MILITARES

FONTE LUSA TÍTULO FN

Portugal precisa de mais oito mil militares para atingir o objetivo legal de um efetivo de 32 mil nas Forças Armadas, prevenindo-se até 36 mil nos próximos 20 anos, e está carente de defesas antiaéreas. Em entrevista ao jornal Público, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general do Exército José Nunes da Fonseca, especifica que há “capacidade de defesa a baixas altitudes”, mas reconhece vulnerabilidade “a médias e altas altitudes”, tal “como está a Ucrânia” e “a maior parte dos países da NATO” (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

ALERTA NO CABAZ ALIMENTAR

PEIXE E CARNE VÃO FICAR MAIS CAROS

FONTE FOLHA NACIONAL

Os portugueses devem preparar-se para um novo aperto no orçamento doméstico. Segundo avançou a Rádio Renascença, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) alerta que os preços da carne, do peixe e até dos hortofrutícolas poderão subir entre 6% e 7% no próximo ano. A previsão resulta da subida contínua dos custos de produção e de um quadro regulatório cada vez mais exigente, que obriga as empresas a realizar investimentos adicionais para cumprir novas normas. Em declarações ao mesmo órgão de comunicação, o secretário-geral da APED, Gonçalo Lobo

Xavier, foi direto: “Os consumidores vão sentir aumentos em várias categorias, e esses aumentos estão diretamente relacionados com os custos de produção associados a esses produtos.” Um aviso prudente, mas que deixa pouco espaço para ilusões sobre o impacto na vida das famílias. A escalada de preços deverá incidir especialmente na carne, no peixe e nos produtos frescos. O café, o cacau e outras matérias-primas essenciais têm registado subidas acentuadas, influenciadas por fenómenos ambientais, instabilidade internacional e volatilidade dos mercados.



© FOLHA NACIONAL

‘BOMBA-RELÓGIO’ NO AMADORA-SINTRA

SNS: URGÊNCIAS JÁ NÃO AGUENTAM MAIS

FONTE LUSA TÍTULO FN

A direção-executiva do SNS esteve reunida com a ULS Amadora-Sintra para procurar soluções para reduzir os tempos de espera nas urgências neste hospital, que classificou como “o principal problema” do SNS neste momento.

“Posso dizer que é o principal problema neste momento no SNS. Aquilo que mais preocupa a direção-executiva neste momento é a situação da ULS Amadora Sintra e, em especial, do Hospital Fernando da Fonseca”, disse o diretor-executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

À margem de uma visita ao Hospital Póvoa de Varzim, onde acompanhou a ministra da Saúde, Álvaro Almeida disse que está a decorrer uma reunião na ULS Amadora-Sintra para definir medidas de médio e longo prazo para resolver os tempos de espera nas urgências.

“Temos algumas hipóteses, mas estamos a ver com o conselho de administração quais é que são viáveis, quais é que podem ser implementadas imediatamente. São soluções de médio prazo e também soluções de longo prazo”, disse Álvaro Almeida.

ERS LANÇA ALERTA VERMELHO

ECOGRAFIAS “EMOCIONAIS” PÕEM FETOS EM RISCO

FONTE FOLHA NACIONAL

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) veio esta terça-feira travar em seco a moda das chamadas ecografias “emocionais”, aquelas sessões de ultrassons vendidas como experiências sentimentais para futuras mães e famílias, mas sem qualquer finalidade clínica. O regulador reforça que estas ecografias recreativas colocam uma pressão injustificada sobre equipamentos e técnicos, confundem o propósito dos exames e podem transmitir uma falsa sensação de segurança às grávidas, que acabam por encarar imagens tridimensionais como substituto de verdadeira avaliação médica.

ULTRAPASSOU OS CINCO MIL DESPEDIMENTOS COLETIVOS JÁ SUPERAM 2024

FONTE LUSA TÍTULO FN

O número de trabalhadores efetivamente despedidos em processos de despedimentos coletivos aumentou 16,4% até outubro face ao período homólogo, totalizando os 5.774, superando o total de todo o ano passado, segundo dados divulgados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT). Nos primeiros dez meses deste ano, houve 5.925 abrangidos por despedimentos coletivos, dos quais 5.774 foram efetivamente despedidos. Este valor ultrapassa o número total de trabalhadores efetivamente despedidos em todo o ano passado, quando se situava em 5.758.

POUPANÇA CHEGAA 11,55€

PREÇO DA GASOLINA 23 CÊNTIMOS MAIS BARATA EM ESPANHA

FONTE FOLHA NACIONAL

Antes mesmo do aumento no ISP decretado pelo Governo, já em novembro a diferença de preços face a Espanha era um murro no orçamento das famílias: 23 cêntimos por litro na gasolina e 16 cêntimos no gasóleo. As contas feitas pelo Correio da Manhã mostram que um depósito de 50 litros podia render uma poupança de 11,55 euros em gasolina e 8,10 euros em gasóleo para quem decidiu cruzar a fronteira. Segundo dados do Governo espanhol, Portugal aplicava em novembro uma carga fiscal de 55,7% sobre o preço da gasolina, muito acima dos 49,3% praticados em Espanha.

À DISTÂNCIA DE UM CLICK

REINO UNIDO ABRE PORTAS AO ASILO: BASTA PREENCHER UM FORMULÁRIO!

FONTE FOLHA NACIONAL

O Ministério do Interior do Reino Unido adotou uma solução tão rápida quanto controversa para tentar controlar o caos instalado no sistema de asilo. Com anos de atrasos acumulados e mais de 100 mil processos por resolver, Londres começou a conceder estatuto de proteção internacional a requerentes sem qualquer entrevista presencial, baseando as decisões exclusivamente num questionário extenso preenchido pelos próprios migrantes, adianta o The Telegraph. O novo método funciona como um verdadeiro ‘fast-track’ administrativo: o candidato entrega aquilo que o Governo considera “provas suficientes” de identidade, país de origem e motivos de fuga. Se a informação escrita convencer os avaliadores, a decisão é tomada sem que o requerente tenha de prestar declarações face a face. O formulário não esconde a urgência: há “um elevado número de pessoas a aguardar decisões” e, caso sejam apresentadas provas consistentes, o Ministério “pode decidir com base no questionário”. A mesma abordagem permite, no sentido inverso, rejeitar pedidos sem entrevista sempre que sejam identificadas contradições, inconsistências ou suspeitas de fraude. O modelo está a ser aplicado sobretudo a requerentes provenientes de países com taxas historicamente



© DR

elevadas de aprovação, numa tentativa de “desentupir” o sistema. A documentação exigida inclui identificação, fundamentação da fuga, percurso até ao Reino Unido e até historial laboral — um autêntico dossiê biográfico entregue por escrito, sem a habitual validação presencial que durante décadas foi considerada essencial. A oposição reagiu com dureza. Chris Philp, ministro do Interior no Governo-sombra, acusou

o Executivo de “escancarar as portas” e de conceder asilo “sem sequer se dar ao trabalho de ouvir as pessoas”. Este procedimento, no entanto, não é totalmente inédito. O anterior Governo conservador já o tinha utilizado para tentar reduzir o gigantesco atraso acumulado. E os números continuam impressionantes: até setembro de 2025, o Reino Unido recebeu 110.051 pedidos de asilo, incluindo 39.294 entradas por via

marítima — o segundo valor mais alto de sempre. Apesar da pressão, o Ministério do Interior conseguiu reduzir o número de processos pendentes em 36%, para 81 mil, graças ao reforço do processamento inicial. Mas permanece um ponto sensível: o Governo não esclarece quantas decisões foram tomadas sem entrevista presencial, um dado considerado crucial para avaliar o alcance — e os riscos — do novo sistema.

POLÍTICA EM FOCO

TERROR NAS ESCOLAS CATÓLICAS DA NIGÉRIA: CEM ALUNOS LIBERTADOS

FONTE LUSA TÍTULO FN

Cem estudantes de uma escola católica no oeste da Nigéria, sequestrados em 21 de novembro por homens armados não identificados, foram libertados, anunciaram no domingo passado uma fonte das Nações Unidas e a presidência nigeriana, sem especificar as circunstâncias.

No total, 303 alunos e 12 professores foram levados à força do internato Saint Mary, num dos maiores sequestros na Nigéria, país onde são frequentes. Cerca de 50 deles conseguiram escapar dos seus sequestradores pouco tempo depois.

ATRASOS NOS CONCURSOS TRAVAM 86% DO INVESTIMENTO PREVISTO

FONTE FOLHA NACIONAL

A empresa pública só executou nove dos 67 milhões de euros de investimento orçamentado até março e responsabiliza pelo desvio a “demora nos procedimentos de contratação” e as “indenizações associadas a atrasos nas empreitadas em curso”.

Segundo o Jornal de Negócios, a execução real desse investimento ficou-se pelos 9,4 milhões de euros, ou seja, apenas cerca de 13,9% do montante previsto. Em termos práticos, isso significa que 86% do investimento previsto não foi realizado.

PULSEIRAS 'ANTI-RAPTO'

DESAPARECIMENTO DE BEBÉ
EXPÕE NEGÓCIO MILIONÁRIO

FONTE FOLHA NACIONAL

O rapto de uma bebé de quatro meses no Hospital de Gaia tornou-se o acontecimento que ninguém queria, mas que era inevitável. Durante anos, hospitais confiaram numa tecnologia apresentada como inexpugnável — pulseiras anti-rapto com sensores, alarmes e bloqueios automáticos — enquanto milhões de euros eram adjudicados em contratos opacos e repetidos, quase sempre por ajuste direto. Desta vez, a pulseira não disparou, não bloqueou portas, não alertou equipas. Foi encontrada intacta, pousada junto ao lixo, enquanto a mãe abandonava o hospital sem que nada a impedisse. O episódio ocorreu na transição de turnos, num serviço com dezenas de crianças, precisamente o tipo de momento crítico que estes sistemas deveriam antecipar. Dados recolhidos pelo Página UM mostram que entre 2017 e 2024 foram celebrados mais de 216 contratos para aquisição e manutenção destas pulseiras e sistemas complementares, superando os 3,3 milhões de euros — número ainda subestimado, já que muitas descrições contratuais são vagas, deliberadamente ambíguas ou escondidas em rubricas genéricas. A esmagadora maioria destes contratos foi feita por ajuste direto, invocando a exceção legal da “inexistência de concorrência”. No entanto, existem pelo menos duas empresas a operar na área, a João Lago e a Infocontrol, que raramente concorrem entre si e repartem o mercado cirurgicamente: hospitais que contratam uma nunca contratam a outra, e vice-versa. Para o Estado, isto não levanta suspeitas. Para qualquer especialista em concorrência, é um padrão clássico de mercado segmentado. Do lado técnico, os sistemas HUGS e



© DR

BabyMatch prometem segurança total. Mas profissionais de saúde relatam problemas estruturais: alarmes tão sensíveis que disparam sem motivo; zonas mortas nos corredores que criam falhas de cobertura; sensores desligados para lidar com falsos positivos; pulseiras que podem ser removidas com técnicas simples; deslocações para exames que obrigam a suspender temporariamente o sistema. Em ambientes hospitalares

cronicamente subdotados, com falta de pessoal e equipas exaustas, o que deveria ser uma camada de segurança torna-se uma teia de falhas sucessivas. Ainda mais grave é a inexistência de uma auditoria nacional independente. Desde 2008 — ano em que as pulseiras se tornaram obrigatórias após dois raptos em Penafiel — nunca foi conduzida uma avaliação técnica robusta sobre eficácia, fiabilidade ou taxa de falhas. Hospitais

confiam na palavra dos fornecedores, que por sua vez são escolhidos sem concurso. O Estado compra tecnologia sensível sem comparação de preços, sem testes laboratoriais e sem mecanismos de responsabilização. O resultado é previsível: anos a acumular falhas invisíveis, até que uma se torna impossível de ignorar.

A ULS Gaia-Espinho, ao comentar o caso, garantiu que o sistema foi testado e estava funcional. Se assim é, a conclusão possível é ainda mais alarmante: alguém conseguiu contornar uma tecnologia que deveria ser inviolável. E se uma mãe consegue fazê-lo, discretamente e sem apoio especializado, qual é então o real nível de proteção oferecido por estes sistemas?

O caso já gerou debate político. Deputados questionam por que razão hospitais continuam a adjudicar serviços duplicados, a contratar manutenção duas e três vezes ao ano, a substituir pulseiras que deveriam durar meses e a operar sistemas que custam centenas de milhares de euros sem garantias de auditoria externa. Especialistas em contratação pública alertam para a possibilidade de ilegalidades sistemáticas: o uso abusivo da figura da “exclusividade técnica” constitui violação direta das regras da concorrência e pode configurar contra-ordenação grave ou até crime.

O rapto de Gaia revelou aquilo que nunca constou nos relatórios oficiais: por detrás das pulseiras eletrónicas existem fragilidades não detetadas, milhões de euros adjudicados sem escrutínio e um sistema de segurança que, sob pressão, pode falhar silenciosamente. E quando falha, não há tecnologia que substitua a vigilância humana — um recurso cada vez mais escasso no SNS.

SÃO MAIS 14 MIL PESSOAS : AUMENTAM
UTENTES SEM MÉDICO DE FAMÍLIA

FONTE FOLHA NACIONAL

O drama dos utentes sem médico de família voltou a engrossar em novembro. De acordo com os dados do Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários, consultados pelo Observador, o número de portugueses sem clínico atribuído voltou a subir, atingindo agora os 1.557.148 utentes

entregues ao próprio destino, mais 14 mil do que em outubro. Desde o verão que o número de cidadãos ‘órfãos’ no sistema de saúde não pára de aumentar. Em junho, o SNS somava 1.669.681 utentes sem médico de família. Em julho, o total desceu para 1.508.414 pessoas sem médico atribuído.

ESQUEMA DE DÍVIDAS FALSAS DA EDP
DÁ PENA DE PRISÃO

FONTE LUSA TÍTULO FN

Um casal foi condenado a dois anos e nove meses de prisão, suspensa na sua execução, por enviar mensagens de telemóveis falsas a cobrar supostas dívidas em nome da EDP, revelou a Procuradoria-Geral Regional do Porto. Numa informação publicada na sua página oficial, a procuradoria referiu

que o Tribunal de Matosinhos, onde decorreu o julgamento, deu como provado que os arguidos, entre janeiro de 2021 e março de 2022, usaram vários cartões telefónicos para enviar mensagens escritas a, pelo menos, 13 pessoas fazendo-se passar por funcionários da EDP.

ÚLTIMAS

HÁ MENOS LIVROS E ESTÃO MAIS CAROS, REVELA RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE CULTURA

O número de livros impressos editados em 2024 caiu 14,3% para um total de 11.615 e o preço aumentou 2,6% face a 2023, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE). No relatório anual estatístico de Cultura de 2024, o INE explica que os dados em relação ao mercado livreiro são provisórios, mas demonstram que os 11.615 livros editados representam o segundo valor mais baixo em cinco anos.

ANDRÉ VENTURA LIDERA INTENÇÃO DE VOTO PRESIDENCIAL

A mais recente sondagem Aximage para o Diário de Notícias mostra que André Ventura surge na liderança com 19,1% das intenções de voto. Logo atrás aparece Luís Marques Mendes, com 18,2%. Já Gouveia e Melo protagoniza a maior queda do mês: desce agora para 17,5%, perdendo 6,9 pontos e deslizando para o terceiro lugar. A maior turbulência é caso de António José Seguro, com uma queda acentuada.

20% DOS PROFESSORES ADMITEM ABANDONAR PROFISSÃO

O mais recente relatório Estado da Educação 2024, divulgado esta terça-feira pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) revela que um quinto dos professores quer abandonar a carreira nos próximos cinco anos. Entre os docentes com menos de 30 anos, 54% admitem sair da profissão a curto prazo, uma fuga que coloca a escola pública numa encruzilhada sem precedentes.

INSÓLITO

ENTRA GUAXINIM, SAI GUAXINISKY!

Quando o funcionário abriu a loja de bebidas naquela manhã tranquila na Virgínia, provavelmente esperava o habitual aroma a álcool e prateleiras bem alinhadas. O que encontrou, porém, parecia um cenário de pós-terramoto: garrafas partidas, prateleiras tombadas e um verdadeiro rio de bebida pelo chão. As autoridades fizeram o óbvio: recorreram às câmaras de videovigilância para descobrir o autor do crime - o responsável pela devastação não era um ladrão profissional, nem um vândalo noturno, mas um guaxinim. Nas imagens, o pequeno fora-da-lei aparece a circular pela loja como quem entra decidido para uma noite de copos. Partiu garrafa atrás de garrafa, provou o conteúdo de várias e, à medida que ia bebendo, também ia perdendo a coordenação. A saga terminou de forma ainda mais hilariante: após o rasto de destruição e a bebedeira, o guaxinim foi encontrado a dormir profundamente na casa de banho da loja, completamente alcoolizado, como qualquer frequentador de bar que exagerou na festa.



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
CIM NA PENÍNSULA DE SETÚBAL?
CHEGA VOTA CONTRA

FONTE FOLHA NACIONAL

Os vereadores e deputados municipais do CHEGA têm rejeitado a criação da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Península de Setúbal. O partido considera que o processo “tem sido conduzido à pressa, sem qualquer debate público sério”, e denuncia aquilo que classifica como uma “narrativa enganadora” segundo a qual a nova CIM permitirá aos municípios beneficiar de mais fundos

europeus. Atualmente, a Península de Setúbal integra a NUT II de Lisboa, o que tem limitado o acesso dos municípios a cofinanciamentos comunitários mais elevados no âmbito das candidaturas a fundos da União Europeia. A reorganização prevista, que criará uma NUT III dedicada à Península de Setúbal, deverá permitir um acesso percentual superior no próximo quadro comunitário,

entre 2027 e 2034. Contudo, o CHEGA sublinha que este eventual aumento não depende da constituição da CIM. A gestão, aprovação e fiscalização dos fundos europeus continuarão a cargo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), pelo que a criação da nova estrutura não terá impacto direto na distribuição de verbas.



ONLINE
OU IMPRESSO

ACOMPANHE AS NOVIDADES

www.folhanacional.pt

CAPTURE O CÓDIGO E FIQUE A PAR DAS NOVIDADES

